



Mulheres e agroecologia: reflexões teóricas para o fortalecimento de ambas

DINIZ, Priscila Reis¹; BEZERRA, Islandia²

1 Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Alimentação e Nutrição/Universidade Federal do Paraná/UFPR, prihbas@gmail.com; 2 Departamento de Nutrição. Programa de Pós-Graduação em Alimentação e Nutrição/PGAN-UFPR, islandiabc@gmail.com

Seção Temática: 4. Gênero e Agroecologia

Resumo

O texto que segue busca especialmente dar destaque a questão relacionada a **problemática de gênero** dentro da dinâmica da agricultura familiar, e desta no âmbito da agroecologia. A preocupação de inseri-la neste contexto vem do entendimento que um **cotidiano de resistência** só se faz pela coexistência do que analiticamente se chama de 'trabalho doméstico' e 'trabalho produtivo', discussão aprofundada metodologicamente com base nos escritos da pesquisadora Maria Ignez Silveira Paulilo, quem vem ao longo dos anos estudando a temática mais proximamente. Quanto às disparidades de gênero encontradas, muito das críticas ao conceito está baseada em uma forte postura marxista que teme que o conceito de classe acabe por se diluir entre inúmeras diferenciações. Valendo destacar que a clareza da possibilidade complementação entre movimentos, poderia fazer com que houvesse maior diálogo e consequente vinculação que construísse uma base de lutas em favor da ascensão da agroecologia como um todo.

Palavras-chave: agroecologia; gênero; divisão do trabalho rural

Abstract: The text that follows seeks especially to highlight the issue related to gender issue within the dynamics of family farming, and this in the framework of agroecology. The concern of inserting it in this context comes from understanding that a resistance routine is only made by the coexistence of the analytically-called 'housework' and 'productive work', thorough discussion methodologically based on the writings of the researcher Maria Ignez Silveira Paulilo, who has, over the years, studying the issue more closely. Regarding the gender disparities found, much of the criticism of the concept is based on a strong Marxist stance that fears that the concept of class will eventually be diluted among numerous distinctions. Worth noting that the clarity of the possibility complementation between movements, could lead to a greater dialogue and consequent linking that would build a base of struggles in favor of the rise of agro-ecology as a whole.

Keywords: agroecology; gender; section of rural labor

Introdução

Subsidiando instrumentalmente o debate acerca das saídas às intercorrências sociais e ambientais proveniente do atual modelo de desenvolvimento rural, os movimentos sociais agroecológicos, através de práticas locais cotidianas de



resistência, ressignificam as relações da humanidade para com a natureza e da humanidade em sociedade e inovam metodologicamente na iniciativa de unir conceitos das ciências sociais com as naturais em prol de uma proposta de desenvolvimento econômico, político, social e ecologicamente sustentáveis. Estas práticas que privilegiam relações, em primeira estância, de técnicas sustentáveis de manejo no âmbito das atividades agrícolas, e em segunda, de cooperação e solidariedade no âmbito social fazem entender que é no **cotidiano** que se articula o intercâmbio tanto dos saberes tradicionais de manejo da terra, como da apropriação dos recursos naturais, de modo a materializar estratégias e tecnologias condizentes com as diretrizes das bases agroecológicas (PETERSEN, 2013). São nestas práticas, portanto, que a agricultura familiar camponesa passa a desempenhar papel chave na gestão tanto dos recursos naturais dispostas em pequenas propriedades *policultoras*, como na articulação social de comunidades rurais. Sendo, entretanto, pertinente destacar que ainda que a agroecologia tenha ascendido como movimento de contestação político-social em uma sociedade de extremada desigualdade, suas 'dissidentes' lutas focais ainda logram espaço de debate, buscando reconhecimento, maior visibilidade e conseqüente avanços em suas reivindicações.

O texto que segue busca especialmente dar destaque a questão relacionada a **problemática de gênero** dentro da dinâmica da agricultura familiar, e desta no âmbito da agroecologia, pensando que a preocupação de inseri-la neste contexto vem da compreensão que um **cotidiano de resistência** só se faz pela coexistência do que analiticamente se chama de 'trabalho doméstico' (desempenhado nas dependências da casa) e 'trabalho produtivo' (desempenhado nas lavouras propriamente dita) (PAULILO, 1987). Desta forma, a intenção de dar visibilidade às questões relacionadas aos conflitos de gênero no interior da resistência camponesa relaciona-se pontualmente a preocupação do desenvolvimento do movimento agroecológico em si, no sentido de que este se concretize também como uma estratégia concreta aos desafios da superação da desigualdade entre homens e mulheres, na construção de um sistema agroalimentar produtor de comida saudável mas também de uma cultura de paz nas cidades e no campo.



Aspectos metodológicos

Contou metodologicamente com a imersão e levantamento bibliográfico das publicações da pesquisadora Maria Ignez Silveira Paulilo, quem, no Brasil, vêm ao longo dos anos acompanhando o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) mais de perto, e consolidou os primeiros registros histórico da conformação deste movimento no sul do País. Buscou-se, portanto, fazer um breve apanhado do ponto chave debatido pela autora acerca da divisão do trabalho rural, intencionando traçar um paralelo com o debate agroecológico. Tomou-se o cuidado de que os textos estivessem bem distribuídos ao longo do tempo, priorizando também as publicações em sua língua materna.

Trabalho Doméstico *versus* Trabalho Produtivo

“Há, no sul do Brasil, principalmente nas antigas regiões de colonização italiana e alemã, um padrão a respeito da sucessão nas propriedades rurais. Esse padrão, é claro, comporta variações e exceções mas são principalmente os filhos homens que herdam a terra enquanto as mulheres se tornam agricultoras por casamento. (...) O que importa reter aqui é que se for preciso excluir alguém, as mulheres são as primeiras a serem escolhidas. Elas são sempre consideradas como “filhas ou esposas de agricultor”, termo que identifica tanto as que trabalham nos campos com as que não o fazem. Também quando a terra pertence à mulher por herança, é o marido considerado o responsável.” (PAULILO, 2000, p. 5)

Em “O Peso do Trabalho Leve”, Paulilo (1987) faz a distinção entre trabalho 'leve' e 'pesado', explicando que sua qualificação se dá em função de quem o realiza. O que não significa que 'leve' seja trabalho agradável, desnecessário ou pouco exigente em termos de tempo e esforço. Sendo muitas vezes estafante, moroso ou nocivo à saúde como regime de trabalho da cana e do fumo. Além disso, o que determina o valor da diária, em suma é o sexo de quem o receberá. Já que há muito é reconhecido pela literatura sociológica que com relação a força de trabalho de mulheres nas cidades, as profissões consideradas 'femininas' sempre apresentam remuneração inferior à aquelas consideradas masculinas. No campo isso também se reproduz, repercutindo na indagação de qual seria o significado de pagar menos pela realização de mesmas tarefas para os diferentes sexos. A conclusão, portanto, é clara: “o trabalho é “leve” (e a remuneração é baixa) não por suas próprias



características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar.” (PAULILO, 1987, p. 70). Adiante em seus escritos, a autora dialoga com este fato expondo que por ser de difícil separação do trabalho doméstico, o trabalho produtivo foi empobrecido ao sentido reducionista de ser o trabalho que produz, que pode ser vendido, que tem valor de troca. É desta hierarquia que deriva a visão do trabalho da mulher rural apenas como 'ajuda' ao do marido, praticamente um não-trabalho. O principal problema desta concepção é fazer com que mesmo quando a lógica não é a do esforço individualmente remunerado, como é o caso do conjunto 'família' na agricultora familiar, se tenha maior importância as atividades daqueles que seriam mais valorizados no mercado de trabalho, ou seja, os homens (PAULILO, 2004).

Feminismo rural e a agroecologia: diálogos possíveis

Por serem as mulheres quem tradicionalmente cuidam da saúde da família, elas têm uma grande preocupação com a qualidade da alimentação e conseqüentemente com o uso de agrotóxicos. Seguindo este raciocínio, não é por acaso que no Brasil, quem carrega com mais força a bandeira da produção de alimentos saudáveis seja o MMC em relação aos demais movimentos sociais rurais. Tanto que, em sua trajetória, inicialmente às preocupações voltadas às questões trabalhistas, foram gradativamente incorporando-se questões de gênero que acabaram por fazer aflorar as questões de saúde e, com elas, uma forte rejeição à agricultura feita com uso de agrotóxicos, transgênicos e também uma grande recusa aos reflorestamentos (PAULILO, 2013). Por outro lado, Paulilo (2010) parece fugir do consenso essencialista construído pelas eco-feministas que alegam uma ligação inata entre mulher e natureza, pois expõe que, para as feministas que discordam desta premissa, o que é considerado feminino pela sociedade é uma construção social legitimadora da dominação entre os sexos, atribuindo caráter imutável de gênero. Isto porque, ao colocar a mulher em um plano mais próximo do mundo natural, inferioriza-a, pois, os que o fazem não atribuem à natureza uma origem divina, mas sim, entendem-na como objeto da ação e dominação do homem. Não obstante, um diálogo com eco-feminismo poderia fazer avançar o movimento agroecológico por



defender que são as atividades cotidianas das mulheres rurais a base de um feminismo ambientalista que pode trazer novas alternativas que não correm o risco de se sustentarem em concepções idílicas ou puristas de natureza, a qual desconsidera meio ambiente como uma categoria construída (2007a).

Considerações Finais

Pela sua peculiaridade nas formas de lutar, considerado menor, menos competitivo, mais coletivo e mais ligado ao cotidiano, as reivindicações das mulheres estariam mais próxima das discussões que envolvem alimentação, saúde e educação dos filhos. À esta temática se atrelam todas as preocupação acerca da utilização de sementes transgênicas, agrotóxicos e extinção das sementes *crioulas*, oriundas da intensa tecnificação da agricultura do agronegócio. Assim, se faz correlacionável pensar que dar visibilidade às causas das mulheres camponesas perpassa também por proporcionar avanços no projeto agroecológico já em curso. É possível dizer, portanto, que o feminismo ambientalista questiona o modelo dominante de desenvolvimento vigente, e ao fazê-lo possibilita a entrada de movimentos agroecológicos como novo modelo de desenvolvimento rural. Quanto às disparidades de 'gênero', muito das críticas ao conceito está baseada em uma forte postura marxista que teme que o conceito de classe acabe por se diluir entre inúmeras diferenciações (como por exemplo etnia, raça, religião e etc.). Vale mencionar entretanto, que ainda que as diferenças sejam profundas, como estratégia de luta seria mais vantajoso tentar reconhecer que há um pluralismo e conviver com ele do que investir esforços em uma unificação. A clareza da incompletude de todos os movimentos, poderia fazer com que houvesse maior diálogo e consequente vinculação, logrando assim, uma base de lutas que faça ascender a agroecologia como um todo.

Referências bibliográficas:

PAULILO, M. I. S. FAO, fome e mulheres rurais. **Dados**. Rio de Janeiro. Impresso JCR, v. 56, p. 285-310, 2013.

PAULILO, M. I. S. Intelectuais & militantes e as possibilidades de diálogo. **Revista Estudos Feministas** (UFSC. Impresso), v. 18, p. 927-940, 2010.



- PAULILO, M. I. S.; SILVA, C. B. . A luta das mulheres agricultoras: entrevista com Dona Adélia Schmitz. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, p. 399-417, 2007a.
- PAULILO, M. I. S. O movimento das mulheres camponesas e o meio ambiente. **Revistas Outras Miradas**, v. 7, p. 84-96, 2007b.
- PAULILO, M. I. S. Trabalho doméstico: reflexões a partir de Polanyi e Arendt. **Serviço Social em Revista** (Online), Londrina-PR, v. Vol. 8, n.n. 1, 2005.
- PAULILO, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas, CFH**, v. 12, n.01, p. 229-252, 2004.
- PAULILO, M. I. S. Movimento de Mulheres Agricultoras: Terra e Matrimônio. **Cadernos de Pesquisa**, Florianópolis- SC, n.21, p. 1-21, 2000.
- PAULILO, M. I. S. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro - RJ, v. 5, n.28, p. 64-70, 1987.
- PETERSEN, P. Agroecologia e a superação do paradigma da modernização. IN: **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. NIERDELE, P. A. et al (org). Curitiba: Kairós, 2013.